



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**05/10/2015**

# INDICE

---

1. JORNAL AQUI	
1.1. COMARCAS.....	1 - 2
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. VARA CRIMINAL.....	3
3. JORNAL ITAQUI BACANGA	
3.1. AÇÕES CORREGEDORIA.....	4
4. JORNAL O IMPARCIAL	
4.1. DECISÕES.....	5
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. ASSESSORIA.....	6

# PRISÃO

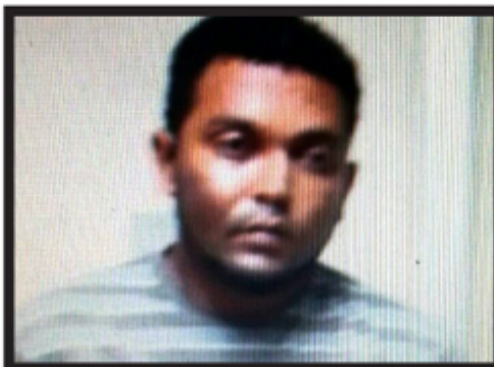
**"OLHO DE JUMENTA"  
É PRESO POR  
ROUBOS DE CARGA**

▶ CRIMES 12

▶ FALA SÉRIO!

## “Olho de Jumenta” vai em cana após roubo de carga

A Polícia Civil, através da Seic/DCRC, cumpriu mandado de prisão em desfavor de Edivan de Araújo Brito (**foto**), mais conhecido como “Olho de Jumenta”, na cidade de Imperatriz. O mandado é oriundo da Comarca de Açailândia em razão de assalto de cargas no município de Cidelândia.



# Suspeita de homicídio é presa pela polícia em ferry-boat

A Polícia Civil, por meio da Superintendência Estadual de Repressão ao Narcótico (Senarc), cumpriu mandado de prisão e prendeu, na manhã de ontem, uma mulher identificada como Estheffanni Tailanne Matos Santos, de 28 anos de idade. A prisão dela foi efetuada durante uma operação realizada pela polícia no ferry-boat.

Contra ela, havia um mandado de prisão em aberto pelo crime de homicídio, que teve como vítima um homem identificado como

Manoel Dinamacio Rosa Ferreira. O mandado foi expedido pelo juiz Gilberto de Moura Lima, titular da 2ª Vara do Tribunal do Juri. Após a prisão, Estheffanni Tailanne foi apresentada na sede do Senarc, no Bairro de Fátima, e depois levada para o Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

## Crimes

É cada vez maior a participação de mulheres no mundo do crime. O reflexo dessa situação pode ser visto na população carcerária do país. O número de mulheres presas cresceu quase o dobro da masculina entre os anos de 2000 e 2012.

Além de ser responsável por levar a maior parte delas ao encarceramento, a associação ao tráfico e ao mundo das drogas é porta para outros crimes, como roubos, furtos e homicídios. ●

## Flávio Dino

46 anos, Advogado, Governador do Maranhão, foi presidente da Embratur, deputado federal e juiz Federal



# Mais Moradias

**T**odos sabem a enorme importância que o programa 'Minha Casa, Minha Vida' tem para o Brasil. Ele propicia a realização de sonhos de milhões de pessoas – a casa própria – além de ser poderoso instrumento de geração de empregos e oportunidades. Por isso, em todos os fóruns nacionais de que tenho participado, inclusive com a presença da Presidenta Dilma, tenho priorizado a enfática defesa da continuidade desse grande programa habitacional. Julgo ser este um passo fundamental para a retomada do crescimento econômico. Para que possamos aquilatar o que o 'Minha Casa, Minha Vida' representa, basta lembrar que somente em São Luís já participei, neste ano, da entrega de 5.000 casas.

Contudo, enquanto essa lamentável crise econômica persiste, tenho feito o possível com os recursos estaduais. Na última segunda-feira, a equipe da Secretaria de Cidades apresentou várias ações que estão em curso referentes à problemática habitacional no nosso Estado.

- Destaco, em primeiro lugar, as intervenções que faremos na região central de São Luís. Tenho com o Centro de São Luís uma relação de saudade e cuidado especial, tanto por sua representatividade cultural e pelas histórias que por ali passaram, quanto por toda a relação de fruição pessoal. Morei toda a minha infância e parte da juventude na Rua de Santana, lugar onde fiz amigos, joguei bola, empinei papagaio e andei de bicicleta.

Nos últimos 20 anos, o Centro de São Luís sofreu uma redução de 28% no total de habitantes. A falta de políticas de segurança e de melhoria na infraestrutura

foram os principais motivos para que o nosso maior patrimônio arquitetônico fosse progressivamente deixando de ser habitado. Para iniciar a reversão desse quadro, vamos recuperar o antigo prédio da Secretaria de Saúde, na Rua Rio Branco, e transformá-lo em uma Unidade da Polícia, visando garantir à população residente nas proximidades da Praça Deodoro e aos comerciantes da região uma referência de Segurança Pública que é clamada há muitos anos. Ruas e praças passarão por requalificação, com reabilitação de prédios arruinados para que eles possam voltar a ser habitados, em complemento ao PAC Cidades Históricas, do Governo Federal.

Em segundo lugar, menciono as ações de regularização fundiária, que agora são conduzidas por um amplo Comitê, envolvendo Governos Federal, Estadual e Municipal, além do Poder Judiciário. Na última segunda-feira, famílias do Monte Castelo já receberam títulos definitivos, que vão agora se estender a outros bairros, a exemplo da Cidade Olímpica.

Também na semana passada, em alusão ao Dia Nacional da Luta da Pessoa com Deficiência, lançamos o Programa 'Casa Cidadã', que, na sua primeira etapa, vai reformar ou adaptar 1.000 moradias em que residam pessoas com deficiência integrantes do CadÚnico de políticas sociais.

Finalmente, sublinho que já está aberta a licitação para construção de 1.000 novas unidades habitacionais, que serão edificadas com recursos estaduais – nos municípios de menor IDH do Maranhão, no âmbito do Plano Mais IDH.

Com recursos próprios, do Governo do Estado, estamos fazendo o máximo para que um ano de dificuldades econômicas em todo o Brasil não seja empecilho para que consigamos enfrentar a crise ainda maior existente há décadas no Maranhão, que é a da absurda e obscena desigualdade social.

## DIREITOS HUMANOS

# MP fiscaliza escolha dos conselheiros tutelares

O primeiro Processo Nacional Unificado para escolha dos conselheiros tutelares aconteceu, ontem, simultaneamente em todo o território nacional. Organizado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o processo de votação é fiscalizado pelo Ministério Público. Promotores de justiça e servidores atuam em conjunto com a Polícia Militar, membros do Conselho de Direito da Criança e do Adolescente, conselheiros tutelares, juízes e Polícia Civil para garantir a regularidade do processo em todo o estado.

Márcio Thadeu Silva Marques, promotor de Justiça e coordenador do Centro de Apoio Operacional – Infância e Juventude (CAOp-IJ), foi o responsável pela coordenação geral dos trabalhos de fiscalização no Maranhão.

Em São Luís, os promotores de justiça Emmanuelle Souza, Raimundo Pinto, Carlos César Lindoso, Arnaldo Jorge, Haroldo Paiva Brito, Pablo Bogéa, Sandro Lobato e os servidores do CAOp-IJ atuaram na fiscalização do processo. Durante o dia, a estrutura montada pela Procuradoria-Geral de Justiça, com auxílio de motoristas, seguranças e servidores garantiram a execução dos trabalhos para todo o estado.

Na manhã de ontem, o diretor-geral da PGJ, Luís Gonzaga Martins Coelho, e a diretora da Secretaria para Assuntos Institucionais, Fabíola Fahefina, compareceram à sede da PGJ para apoiar a execução dos trabalhos e representar a administração superior.

## Liminar

No último sábado, o desembargador plantonista, Marcelino Chaves Everton, concedeu liminar favorável ao pedido da 32ª Promotoria de Justiça Especializada da Infância e Juventude. Pela decisão, o município de São Luís teve que disponibilizar equipes suficientes da Blitz Urbana, Guarda Municipal e SMTT para fiscalizar os locais de votação e o processo de apuração, garantindo a ordem dos trabalhos. A votação encerrou às 17h.

## >> Votação manual

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Luís esclareceu por meio de nota que o primeiro Processo Unificado de Escolha dos Conselhos Tutelares da capital ocorreu normalmente e segue a Lei Federal nº 12696/2012, que define a escolha em todo território nacional. Em função das urnas eletrônicas não terem sido cedidas pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE), o processo na capital acontece de forma manual. O apoio do TRE se deu na disponibilização das listas com os nomes dos eleitores e seções. O Conselho esclareceu ainda que trabalha para corrigir os possíveis equívocos que ocorram durante a escolha unificada. Por fim, o CMDCA disse ter se empenhado para garantir a lisura e transparência do processo, que respeite a vontade da população da cidade.

## Justiça & Cidadania

Antonio Carlos

acarloslua@folha.com.br



### Ganância desmedida

As instituições financeiras, que – ao lado das empresas de telefonia e de planos de saúde, lideram o ranking de reclamações dos órgãos de defesa do consumidor – não cumprem mais da metade das regras estabelecidas pelo Código de Defesa de Consumidor e pelo Banco Central, desrespeitando os mais elementares princípios éticos, violando a Constituição Federal. Débitos não autorizados, cobrança irregular de serviços, esclarecimentos incompletos, descumprimento de prazos, entre outros problemas, são hoje as principais queixas de clientes, conforme o ranking de reclamações do Banco Central.

Além da ganância desmedida por mais lucros, vários fatores levam os bancos a prestarem um serviço de péssima qualidade, com a cobrança de tarifas ilegais, aplicação de juros exorbitantes, imposição de serviços sem autorização e o número reduzido de funcionários que resultam em filas enormes em descumprimento de normativos do Conselho Monetário Nacional que, na prática, não tem feito nada contra os abusos do sistema financeiro.

O pior é que as reclamações envolvendo direitos de clientes contra as instituições bancárias nem sempre chegam à autoridade monetária. Apenas uma pequena parcela de correntistas decide levar suas reclamações ao Banco Central. Muitos clientes nem sequer protestam, por descrença ou por não saberem que estão sendo enganados.

Para o sistema financeiro, os clientes bancários são apenas fontes de renda, e não cidadãos com direitos que devem ser respeitados, embora os bancos disponham hoje de canais para recepção, tratamento e solução das demandas de seus consumidores, em especial, os serviços de atendimento ao cliente e as Ouvidorias.

Grande parte da sociedade é lesada a cada vez que faz uma operação bancária. Os bancos operam com juros altíssimos e inimagináveis em grandes economias capitalistas, tendo com isso lucros exorbitantes. O spread bancário médio no Brasil (diferença entre o custo de captação e de repasse dos recursos) é maior que o cobrado nos Estados Unidos.

Os bancos querem escapar até mesmo da abrangência do Código de Defesa do Consumidor. A lei vale para todas as relações de consumo da sociedade, mas as instituições financeiras insistem em excluir as atividades de natureza bancária, financeira e de crédito do CDC, afirmando que o cliente bancário não é consumidor. Um absurdo.

As tarifas são a terceira maior fonte de renda dos bancos. No início da década de 90, essas receitas correspondiam a 20% do que se gastava com funcionários. Hoje correspondem a 130% e, em alguns bancos, chegam a 180%.

O atendimento bancário tem sido um massacre aos clientes. Com a

chamada bancarização da economia brasileira os cidadãos são obrigados a se sujeitar cada vez mais aos bancos na realização de transações financeiras. Apesar do avanço tecnológico dos bancos, alguns clientes ainda têm dificuldade de fiscalizar diariamente a realização de alguma movimentação irregular nas suas contas.

O atual sistema de atendimento penaliza principalmente os idosos e os portadores de necessidades especiais. Apesar dos investimentos na área de tecnologia, praticamente nada do que consta na legislação bancária está sendo cumprido.

Além de ignorar as reclamações dos consumidores, inibir o acesso às Ouvidorias e serviços de atendimento ao cliente, os bancos diminuem cada vez mais a segurança dos serviços que prestam, reduzindo as barreiras que dificultavam a ação de ladrões e assaltantes, com a única finalidade de diminuir os custos de sua atividade.

Dados indicam que as reclamações que implicam em descumprimento de normativos do Conselho Monetário Nacional contra o setor bancário voltaram a crescer.

Entre as reclamações mais recorrentes contra os bancos são os débitos não autorizados e serviços não contratados. Junto ao Procon, a queixa mais comum contra os bancos é em relação às transações eletrônicas não reconhecidas.

Apesar das regulamentações do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central, as cobranças indevidas persistem. Os bancos continuam não respeitando regras de tarifas de serviços e ampliam cada vez mais seus lucros.

### Atenção redobrada

Criado para defender os cidadãos, o Código de Defesa do Consumidor (CDC) continua sendo ignorado pelas instituições bancárias. Adquirir um pacote bancário exige atenção redobrada do consumidor. Sem regras claras, os clientes quase sempre contratam o serviço sem entenderem direito quais são os benefícios e os cálculos das tarifas pagas. Os índices de reclamações não diminuem porque os bancos não conseguem melhorar os serviços oferecidos. Uma bandeira que os bancos pregam é que a relação de consumo entre eles e o cliente é diferenciada, por isso, deveriam ser regulamentados apenas pelo Banco Central pelas especificidades da atividade. Porém, o entendimento jurídico é que eles também devem seguir o Código de Defesa do Consumidor no respeito ao cliente...

### Direito à informação

...O direito à informação é outra questão esquecida pelas instituições financeiras. Quem contrata o serviço bancário não sabe ao certo quais são os produtos disponíveis. Poucos bancos permitem que o cliente faça a escolha do pacote que ele acha mais adequado. Geralmente, os gerentes direcionaram a escolha e não apresentam a alternativa de contratar o pacote padronizado do Banco Central, aquele em que não há custos para o cliente. O se percebe é que existe um processo errado na relação entre bancos e clientes. Os bancos deveriam facilitar mais a linguagem, o acesso à informação e as tarifas. Muitas vezes, a única coisa que o cliente sabe da sua conta é quanto ele paga de tarifa porque vem descontado. Às vezes, ele paga por um serviço que não precisa.